

**DA «REPÚBLICA NOVA» À «NOVA REPÚBLICA VELHA»:  
ESTRATÉGIAS POLÍTICAS NO CONCELHO DE PESO DA  
RÉGUA**

—  
FROM THE “NEW REPUBLIC” TO THE “NEW OLD  
REPUBLIC”: POLITICAL STRATEGIES IN THE  
MUNICIPALITY OF PESO DA RÉGUA

Carla Sequeira<sup>1</sup>  
CITCEM/FLUP  
ORCID: 0000-0001-8892-3202

**Resumo**

No período que mediou entre a Revolta de 5 de dezembro de 1917 e o fim da Monarquia do Norte, o concelho de Peso da Régua assistiu ao confronto político entre republicanos e monárquicos. O advento «da República Nova» evidenciou a existência de uma rede política monárquica, com fortes ligações às cúpulas da «Causa», que acabaria por conferir ao concelho de Peso da Régua um papel estratégico, em termos políticos e militares, no decurso da Monarquia do Norte.

**Palavras-chave:** República; Monarquia; Peso da Régua.

**Abstract**

In the period between the 5 December 1917 uprising the end of the Monarchy of the North, the municipality of Peso da Régua was the stage for a political dispute between the Republicans and monarchists.

---

<sup>1</sup> Investigadora doutorada de nível inicial da FLUP/CITCEM.

The advent of the 'New Republic' revealed the existence of a monarchist political faction with strong ties to the leaders of the 'cause', that would eventually see Peso da Régua play a strategic political and military role in the collapse of the Monarchy of the North.

**Keywords:** Republic; Monarchy; Peso da Régua.

## A «REPÚBLICA NOVA»

Entre 5 e 8 de dezembro de 1917, concretizava-se o golpe de estado orientado por Sidónio Pais, que ficou conhecido por Sidonismo ou Dezembrismo. Para Armando Malheiro da Silva, Sidónio era republicano e pretendia refundar a República, corrigindo os seus vícios e afastando a demagogia democrática e do seu líder, Afonso Costa.

Os acontecimentos vividos entre 1917 e 1919 devem compreender-se no contexto de instabilidade política e social que varreu a Europa, decorrendo de um «descontentamento crescente de largos sectores contra a república»<sup>2</sup>.

Portugal vivia uma crise económica, social e política, e Sidónio Pais aparecia como «o rosto visível de um golpe para o qual confluíram diferentes sensibilidades políticas e sociais»<sup>3</sup>. O seu afastamento da política interna e o seu não comprometimento com a política de guerra faziam com que corporizasse «várias expectativas» e capitalizasse diversos descontentamentos.

Segundo Filipe Ribeiro de Menezes, o Sidonismo «foi o resultado inesperado e imprevisível do enfraquecimento das instituições repu-

---

<sup>2</sup> SANTOS, Miguel Dias – *A contra-revolução na I República, 1910-1919*, Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 371.

<sup>3</sup> SAMARA, Alice – *Dezembrismo*. In ROLLO, Maria Fernanda (coord.) – *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, 2013. Vol. 1, p. 1016.

blicanas e do seu principal sustentáculo, o partido Democrático», derivando da entrada de Portugal na Guerra de 1914-1918<sup>4</sup>.

Teria sido, pois, a inabilidade do Governo liderado por Afonso Costa a conduzir ao golpe de 5 de dezembro de 1917<sup>5</sup>.

Por outro lado, assistir-se-ia ao aproveitamento de «outras conspirações», em particular o grupo de Machado Santos (refletido no movimento 13 de dezembro de 1916) e a corrente conservadora dos unionistas de Brito Camacho, que pretendiam «ter acesso ao poder e este estalhes vedado»<sup>6</sup>. Assim, Sidónio Pais serviu-se, no processo de conspiração, da rede de contactos do Partido Unionista «que, determinado a explorar a fraqueza dos seus opositores para se içar ao Governo, via chegar a hora do seu triunfo»<sup>7</sup> que, na verdade, não aconteceria.

Sidónio Pais queria uma «República Nova», onde os democráticos não tivessem espaço. Para isso, derrubou o Governo, encerrou o Parlamento, expulsou o Presidente da República e dissolveu as Câmaras Municipais, substituindo-as por delegados nomeados pelo poder central. «Esmagou, por outras palavras, a República Velha»<sup>8</sup>.

Para Alice Samara, o Sidonismo, mais do que a quebra da hegemonia do Partido Democrático, «foi uma experiência política central na história da I República portuguesa, marcando, indelevelmente, o campo político português. Foi a República Nova. Incorporou tanto aspetos políticos inovadores como reutilizou ideias e soluções que provinham do republicanismo que não estivera no poder, de um património ideológico existente, mas não dominante»<sup>9</sup>.

---

<sup>4</sup> MENESES, Filipe Ribeiro de - *Sidónio Pais e o Sidonismo*. In AMARAL, Luciano (org.) - *Outubro: a revolução republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 227.

<sup>5</sup> Idem, p. 229.

<sup>6</sup> SAMARA, Alice - *o. c.*, p. 1017.

<sup>7</sup> MENESES, Filipe Ribeiro de - *o. c.*, p. 233.

<sup>8</sup> Idem, p. 241.

<sup>9</sup> SAMARA, Alice - *o. c.*, p. 1019.

## DISSOLUÇÃO DOS CORPOS ADMINISTRATIVOS

Com a instauração da «República Nova», em 5 de dezembro de 1917, assistiu-se ao afastamento dos titulares de cargos administrativos afetos ao Partido Democrático. No concelho da Régua, e numa primeira fase, as autoridades foram substituídas por elementos unionistas. O administrador do concelho (João da Silva Bonifácio) foi substituído, ainda em dezembro, por António da Fonseca Oliveira, cuja missão seria, segundo a imprensa, organizar o Partido Unionista na Régua<sup>10</sup>. Os unionistas, que existiam no concelho desde 1913, procuravam, dessa forma, usar a revolução sidonista para conquistar um espaço de poder concelhio que nunca haviam conseguido, aguardando apenas pela dissolução da Câmara para «entrar com gente sua, ou emprestada, não só na administração do município, como também na do Hospital e do Asilo José Vasques Osório»<sup>11</sup>.

A vereação municipal eleita em novembro de 1917 ainda tomou posse, em inícios de janeiro de 1918, mas com a certeza de que a dissolução não tardaria. No discurso de encerramento da sessão, Antão de Carvalho (líder democrático concelhio e reeleito presidente do Senado Municipal) delineava uma estratégia: face à ameaça de dissolução, entendia que deveria abandonar o lugar, «porque julga mais nobre abandoná-lo do que ser escorraçado». No entanto, optava por se manter no lugar que ocupava desde 1910, pois queria continuar a sua obra em prol do concelho «enquanto o deixarem trabalhar»<sup>12</sup>.

---

<sup>10</sup> Cf. *Consta*. «Cinco de Outubro». 15 Dezembro 1917, p. 2.

<sup>11</sup> *Diz-se*. «Cinco de Outubro». 22 Dezembro 1917, p. 1.

<sup>12</sup> Arquivo Municipal de Peso da Régua: Actas da Câmara, Sessão de 2.1.1918, fl. 144v.

## CONFRONTO POLÍTICO: A COMISSÃO ADMINISTRATIVA SIDONISTA

Conforme Antão de Carvalho vaticinara, a vereação foi dissolvida e substituída por uma comissão administrativa, nomeada por alvará do Governador Civil de Vila Real (Azeredo Antas). A tomada de posse decorreu em 15 de janeiro de 1918 e eram seus membros efetivos José Meireles da Costa Pinto (viria a ser eleito presidente da Comissão Administrativa), Caetano Alves de Figueiredo (vice-presidente), António Carlos Pereira, José Maria Pereira, Francisco Pinto Pereira (secretário), João Teixeira de Moraes e João Alves Barreto (vice-secretário).

Para Antão de Carvalho, a comissão administrativa que acabava de ser empossada era «retintamente monárquica», assim como o já referido administrador do concelho<sup>13</sup> e ainda as comissões apontadas para o Hospital D. Luís I e o Asilo José Vasques Osório. Esta asserção apontava para a existência ativa e organizada de um núcleo monárquico no concelho, que se evidenciara já em diversas coligações no âmbito das eleições paroquiais de 1913.

A imprensa republicana da Régua reiterava a ideia de que a comissão administrativa nomeada por Azeredo Antas era «retintamente monárquica». Apesar de se reconhecerem os méritos de alguns dos seus membros, era uma situação que causava mágoa, «o facto da República, por imprudência do governo, estar fornecendo aos seus inimigos armas com que eles se preparam e habilitam para a deitar abaixo»<sup>14</sup>.

O principal visado era José Meireles da Costa Pinto, filho do antigo líder progressista da Régua. Embora correspondendo à verdade, a insistência na sua filiação monárquica inseria-se na estratégia das cúpulas republicanas de identificar a nova conjuntura política com o mo-

<sup>13</sup> «Um antigo monárquico desde há muito integrado da Republica e filiado na União Republicana, muito antes da revolução sidonista». Cf. *Ao sr. Azeredo Antas, ex-governador civil deste distrito*. «Cinco de Outubro». 13 Março 1918, p. 1.

<sup>14</sup> *A monarquia na Régua*. «Cinco de Outubro». 16 Janeiro 1918, p. 1.

narquismo, no intuito de criar antipatia relativamente à nova situação política<sup>15</sup>.

Logo na tomada de posse, José Costa Pinto lançava suspeições sobre o anterior executivo, em particular no que dizia respeito à questão das subsistências. A anterior Câmara era acusada de ter defraudado o concelho no fornecimento de cereais e na cobrança dos impostos durante os dois últimos anos de guerra. Este procedimento era parte integrante da estratégia de combate aos democráticos locais, iniciada pelo administrador do concelho.

Em consequência, abria-se um clima de confronto político no concelho. Às ameaças de sindicância, os democráticos da Régua respondiam com a falta de idoneidade dos seus adversários<sup>16</sup>.

Jerónimo da Cruz Matias, muito próximo de Antão de Carvalho e um dos principais visados nas acusações de que era alvo a vereação deposta, defendia-se na imprensa, denunciando as perseguições de que eram vítimas os republicanos. Comungava das acusações de monarquismo veiculadas por Antão de Carvalho e afirmava não temer a sindicância prometida, devolvendo as acusações que recaíam sobre si: «promete-se a nomeação dum sindicante. Seja ele bem-vindo para apreciar dos atos administrativos de todas as vereações, atos que ainda não prescreveram e que por isso abrangerão as últimas dos tempos da monarquia. A obra delapidadora do atual administrador do concelho será posta em confronto com a dos republicanos»<sup>17</sup>.

Foram igualmente empreendidas outras ações de combate político por parte dos republicanos da Régua. Em fevereiro de 1918, o Partido Republicano da Régua (PRP) reuniu-se para apreciar a situação política decorrente da revolta de 5 de dezembro e para eleger a nova comissão municipal política. Segundo os relatos da imprensa, a reunião

---

<sup>15</sup> SANTOS, Miguel Dias – *o. c.*, p. 374.

<sup>16</sup> *Lama!* «Cinco de Outubro». 3 Fevereiro 1918, p. 1.

<sup>17</sup> *Na Régua*. «A Montanha». 8 Fevereiro 1918, p. 2.

foi muito concorrida, «constituindo uma imponente afirmação de vitalidade e força do partido que as gentes do poder e os seus sequazes locais julgaram ser-lhes fácil exterminar»<sup>18</sup>. A avaliar pela extensa lista de nomes citados como tendo estado presentes, teria sido a reunião política com maior expressão até àquela data. Na assistência encontravam-se cento e dezoito republicanos (entre os quais António Fernandes de Carvalho, representando o «Centro Democrático de Poiães Dr. Antão de Carvalho»), a que se somavam trinta e oito adesões por escrito (com destaque para o pai de Antão de Carvalho) e cinco que se faziam representar.

Presidiu Antão de Carvalho, secretariado por Júlio Vilela e Camilo Guedes Leite (antigo redator do jornal reguense *O Douro*, aderira recentemente ao PRP motivado pela situação política que se vivia). O discurso inaugural, proferido por Antão de Carvalho, centrou-se «nos factos de natureza política que se estavam dando desde o triunfo da revolução sidonista». Numa manifestação de força do PRP local e de protesto contra o Sidonismo, foi tomada a deliberação política de saudar os republicanos vítimas de perseguição (em particular Afonso Costa), os exilados políticos, (de modo especial Bernardino Machado), e protestar «contra a odiosa campanha de calúnias e insinuações que estava sendo movida contra os mais ilustres e prestantes homens da República». Por fim, foi eleita uma comissão destinada exclusivamente a zelar pelos melhoramentos locais e pelos interesses concelhios, significando claramente o não reconhecimento da comissão administrativa que estava em funções.

---

<sup>18</sup> *Partido Republicano Português. Reunião importante*. «Cinco de Outubro». 6 Abril 1918, p. 1-2.

## **A QUESTÃO VITÍCOLA: A COMISSÃO DE VITICULTURA DA REGIÃO DURIENSE**

No caso do Alto Douro, além da substituição dos executivos camarários por comissões administrativas da confiança política do novo Governo, também a Comissão de Viticultura da Região do Douro (CVRD) foi dissolvida e anuladas as eleições realizadas em novembro de 1917.

A dissolução da CVRD assumia um carácter político e teria sido promovida pelo novo governador civil de Vila Real, António Firmo de Azeredo Antas. À semelhança do que faria o Dezembrismo com os demais órgãos administrativos, o objetivo era afastar os influentes democráticos e evolucionistas que dominavam as cúpulas daquele organismo. A imprensa de Vila Real, de pendor unionista, justificava o acontecimento afirmando que a CVRD se movera por interesses partidários e não cumprira a lei ao não ter procedido a eleições em 1915. Contudo, esta alegação não correspondia totalmente à verdade<sup>19</sup>.

Para os dirigentes da CVRD dissolvida, o facto constituía um golpe de estado perpetrado por «monárquicos sem escrúpulos». Além disso, como denunciava Antão de Carvalho, o ministro do Trabalho (capitão José Feliciano da Costa Júnior), que decretara a dissolução, mostrava-se muito próximo dos viticultores do Sul, que imediatamente se movimentaram no sentido de obter uma nova definição de vinho do Porto para efeitos de exportação; estava, pois, em causa a denominação de origem «Porto».

Face à situação criada, procurou desenvolver-se uma estratégia política de reação. Por proposta de Antão de Carvalho, o conjunto de vogais da CVRD eleita em novembro em 1917, apesar de dissolvida, reuniu-se no dia 3 de janeiro de 1918, data em que deveria iniciar o

<sup>19</sup> Cf. a este respeito SEQUEIRA, Carla – *A questão duriense o movimento dos paladinos, 1907-1932. Da Comissão de Viticultura Duriense à Casa do Douro*. Porto: GEHVID/CIRDD, 2000, p. 71.



seu mandato. Das deliberações então tomadas destacava-se procurar demover os vogais nomeados de aceitarem a nomeação, faltando à tomada de posse. Esta decisão fora tomada em vista da declaração dos vogais nomeados para representarem os concelhos de Vila Flor, Murça, Moncorvo, S. João da Pesqueira, Freixo de Espada à Cinta e Tabuaço, de que apenas iriam à tomada de posse se a anterior CVRD o julgasse conveniente. Esta atitude evidenciava a existência de uma rede de sociabilidades político-institucionais alargada, que era usada no sentido de influenciar os destinos regionais.

A recusa em tomar posse seria um ato de profundo significado político, pondo em xeque o «atrabiliário» governador civil de Vila Real. Em carta dirigida a Vítor Macedo Pinto, Antão de Carvalho informava que os vogais nomeados para representarem os concelhos de Mesão Frio, Resende, Lamego, Armamar, Pesqueira e Foz Côa eram evolucionistas, o que facilitava a concretização da deliberação, desde que Macedo Pinto (presidente da Comissão Municipal do Partido Evolucionista no Porto à época) ou António José de Almeida assim o ordenassem. Havia, pois, uma intervenção política nos assuntos regionais, procurando fazer reverter a oposição dos evolucionistas ao Sidonismo a favor da causa regional. Contudo, Vítor Macedo Pinto declarou que não daria «um passo para pedir aos vogais nomeados que não vão à posse», julgando que teriam sido convidados e aceitado a nomeação. Antão de Carvalho conformou-se com a decisão e prometia cooperação e fidelidade a Macedo Pinto «temperada no sentimento vivo das lutas de outrora», denunciando a rede política que construía e em que se movia. Apesar das intenções inicialmente manifestadas, e em virtude da oposição de Vítor Macedo Pinto, todos os vogais nomeados tomaram posse, acabando até a integrar a Comissão Executiva, como foi o caso de Francisco Fernandes Massa.

Na citada reunião de 3 de janeiro de 1918 foi ainda resolvido apresentar um protesto formal através da publicação de um manifesto ao

Douro, rebatendo os fundamentos da dissolução e dando relevo aos trabalhos realizados pela CVRD. Ficaram encarregues da sua redação Antão de Carvalho e Afonso Chaves.

No texto então divulgado através da imprensa e em folheto distribuído pela Região, acusava-se o governo de ter praticado um ato político, visto a CVRD ser constituída por elementos dos três partidos da República, pretendendo afastar a oposição nomeando correligionários seus de modo a inserir-se neste organismo regional para mais facilmente controlar as elites locais. Contestava-se a argumentação governamental, afirmando-se que as verdadeiras razões para a dissolução residiam na própria essência do momento político que se vivia: o governo estava em ditadura, após um golpe de estado armado; entre os seus intuitos transparecia o de esbulhar de onde quer que se encontrassem, os republicanos democráticos, «aos quais pertencia a maioria da Comissão recentemente eleita e da outra, conquanto delas fizessem parte também monárquicos, evolucionistas e unionistas».

Com o manifesto, a CVRD demitida pretendia demonstrar, publicamente, que não pactuava com a atitude do Governo: «o que dizemos, sem rancor nenhum, dizê-lo, apenas, para que a nossa omissão não seja, pelo Douro, tomada à conta dum tácito reconhecimento da plausibilidade do ato do governo». Deste modo, o Douro podia ter a certeza de que na CVRD não se fazia, nem era permitido que se fizesse, política.

A estratégia posta em prática acabou, assim, por consistir não numa confrontação política, mas em «acompanhar com atenção o desenrolar dos acontecimentos». Como defendia Antão de Carvalho, «saber esperar é a melhor virtude de um político». Por isso, foi mantida a mesma estratégia perante a organização dos recenseamentos concehlios com vista à eleição da nova CVRD, em junho de 1918, e que ficaram marcados por diversas irregularidades<sup>20</sup>.

<sup>20</sup> As eleições acabariam por não se realizar. A CVRD nomeada pelo sidonismo manter-se-ia em funções até 1919 e somente após a queda da Monarquia do Norte se iniciaria um processo de regularização institucional.

## A SEGUNDA FASE DO SIDONISMO

A rotura entre Sidónio Pais e os unionistas, a partir de março de 1918 (com o anúncio da formação do Partido Nacional Republicano, «combinado com a tentação presidencialista»), acarretou alterações ao nível das autoridades locais. No concelho da Régua, significaria o reforço do poder das autoridades monárquicas.

Com a demissão de António Oliveira, o cargo de administrador do concelho passou a ser exercido por José Costa Pinto, em acumulação com o de presidente da Comissão Administrativa. Assistia-se, assim, ao fortalecimento da influência monárquica no exercício dos cargos municipais, entregues a uma elite «agregada ao centro monárquico local»<sup>21</sup>. A este facto não eram alheias as pretensões e movimentações de José de Azevedo Castelo Branco, cuja influência se ia acentuando no concelho (estivera na Régua, hospedando-se em casa de José da Costa Pinto, o que fazia prever «grandes surpresas na política local»<sup>22</sup>), e que coincidiam, naquele momento, com as tentativas de organização do Partido Centrista na Régua.-

As eleições (legislativas e presidenciais), marcadas para 28 de abril de 1918, trariam novos desenvolvimentos políticos. Em primeiro lugar, assistia-se à utilização dos «habituais artifícios de engenharia eleicoeira visando afinal, um objetivo tão subliminar, quanto crucial: garantir a vitória do Chefe do estado e do Governo»<sup>23</sup>. No concelho da Régua, os democráticos teriam sido excluídos dos cadernos eleitorais. Conforme publicava a imprensa republicana local, com o novo recenseamento eleitoral, no qual colaborava o administrador demissionário,

---

<sup>21</sup> SANTOS, Miguel Dias – *o. c.*, p. 384.

<sup>22</sup> *Consta*. «Cinco de Outubro». 20 Fevereiro 1918, p. 1.

<sup>23</sup> SILVA, Armando Malheiro da – *A 1ª República, as eleições de 1918 e "ocorrências" em Vila Verde*. Boletim Cultural de Vila Verde. Nº 6 (2010) p. 101.

António da Fonseca Oliveira, os democráticos do concelho «morreram todos»<sup>24</sup>.

Além disso, as repetidas ameaças de perseguição e «extermínio» dos democráticos<sup>25</sup> eram agora concretizadas. Em finais de março, Aureliano da Costa Pinto foi preso, acusado de conspirar contra o regime por afirmar que se ia dar uma contrarrevolução. Perante este facto, o sentimento era de impunidade e impotência: «o sr. administrador é monárquico; Aureliano da Costa Pinto é republicano apaixonado... Protestar – para quê? Apelar – para quem? Agora, a liberdade é isto, a tolerância é isto, a pacificação da família portuguesa é isto! E viva o governo libertador, o governo tolerante, o governo pacificador do snr. Sidónio Pais!... E viva a República!»<sup>26</sup>.

Para coroar esta estratégia política, o *Diário de Notícias* fazia circular o rumor de que Antão de Carvalho era candidato a deputado como representante da agricultura duriense. Tal afirmação foi, de imediato, desmentida, aproveitando-se o ensejo para fazer oposição: «velho democrata de princípios, e achando-se perfeitamente identificado com a orientação seguida pelo Partido Republicano Português, no qual milita e ao qual com nobre desinteresse tem prestado serviços de alta valia, o sr. dr. Antão de Carvalho não podia colaborar, nem direta, nem indiretamente, nessa ignóbil entrudada eleitoral que o governo se propõe fazer á sombra do famoso decreto do sufrágio eleitoral... monárquico»<sup>27</sup>. Na verdade, os candidatos a deputados pelo círculo de Vila Real (que elegia três deputados) eram quase todos monárquicos. Entre eles, estava José de Azevedo Castelo Branco. Conforme refere Miguel Dias Santos, os monárquicos apresentaram-se a disputar as minorias em todos os círculos, apesar dos esforços em contrário de

---

<sup>24</sup> *A tramóia* «Cinco de Outubro». 20 Março 1918, p. 1.

<sup>25</sup> Cf. *A fita*. «Cinco de Outubro». 2 Março 1918, p. 1.

<sup>26</sup> *Uma prisão*. «Cinco de Outubro». 27 Março 1918, p. 1.

<sup>27</sup> *Boato infundado*. «Cinco de Outubro». 17 Abril 1918, p. 1.

Sidónio Pais<sup>28</sup>. No caso de José de Azevedo, a sua ambição levava-o a querer disputar também as maiorias, ao arrepio do acordo firmado com Sidónio Pais<sup>29</sup>.

Os resultados eleitorais evidenciariam os «frutos da propaganda de José Castelo Branco»<sup>30</sup>. A estratégia empreendida em Trás-os-Montes conduziu a uma votação monárquica elevada, conseguindo a maioria em Vila Real<sup>31</sup>. Desta forma, e como refere Armando Malheiro da Silva, os monárquicos confirmavam a sua «boa capacidade de manobra e de penetração eleitoral»<sup>32</sup>.

No concelho da Régua, o ato eleitoral ficou marcado pelas «chapeladas». A opinião geral era de que as eleições no concelho haviam sido um «tremendo escândalo, onde os camachistas daqui, tomaram parte»<sup>33</sup>.

Os democráticos abstiveram-se «de concorrer às urnas apesar das solicitações do Administrador Frias para darem os seus votinhos aos da estúrdia, contentando-se, até, com 20 ou 30»<sup>34</sup>. Apesar da abstenção republicana, em quatro das assembleias do concelho houve descarga geral nos cadernos eleitorais, chegando «o impudor dos burlistas ao ponto de descarregar os nomes dos grandes democratas, Dr. Antão de Carvalho, P.<sup>e</sup> Jerónimo e João Bonifácio!»<sup>35</sup>. Não foi consentida a fiscalização dos democráticos nas várias assembleias do concelho, mas em Vila Seca de Poiães António Fernandes de Carvalho pretendeu fazê-

<sup>28</sup> SANTOS, Miguel Dias – *o. c.*, p. 379.

<sup>29</sup> Cf. SILVA, Armando Malheiro da – *Sidónio e Sidonismo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, Vol. 2, p. 165.

<sup>30</sup> SANTOS, Miguel Dias – *o. c.*, p. 379.

<sup>31</sup> SILVA, Armando Malheiro da – *Sidónio e Sidonismo*. Vol. 2, p. 166.

<sup>32</sup> SILVA, Armando Malheiro da – *A 1ª República, as eleições de 1918 e "ocorrências" em Vila Verde*, p. 102.

<sup>33</sup> *Do Distrito*. «A Democracia». 5 Maio 1918, p. 3.

<sup>34</sup> *Idem*.

<sup>35</sup> *Idem*.

lo, acabando por ser expulso. A realidade descrita permite concluir ter-se tratado, de facto, de eleições caracterizadas por «casos ou ocorrências que mancharam a “limpeza” do ato e as colocaram a par de todos os atos eleitorais sucedidos em República, todos salpicados pela prova ou pela suspeita de “chapelada”»<sup>36</sup>.

Segundo a imprensa republicana local, os candidatos governamentais obtiveram em todo o concelho apenas oitenta votos, «mendigados aos monárquicos»<sup>37</sup>. A maioria dos votos recaiu, sem surpresa, sobre os monárquicos José de Azevedo Castelo Branco, Camilo Castelo Branco «e um tal Sebastião de Vasconcelos que diz ser católico e aqui desconhecido»<sup>38</sup>. Estes resultados espelhavam a existência de uma estratégia política concertada entre José de Azevedo e José Meireles Costa Pinto, ao mesmo tempo que denunciavam a «rede político-social, militar e policial que assumiu o poder durante a República Nova»<sup>39</sup>, de cariz monárquico e ocupando lugares-chave na administração periférica do Estado.

Outros acontecimentos políticos apontavam no mesmo sentido. Nas vésperas das eleições, Eduardo do Vale Frias, líder do Partido Nacionalista no concelho de Mesão Frio, tomou posse do lugar de administrador do concelho da Régua. Substituíu nesse cargo o monárquico José Costa Pinto «em virtude das desinteligências suscitadas entre o sr. Governador civil do distrito e os monárquicos chefiados pelo sr. José de Azevedo Castelo Branco»<sup>40</sup>. A principal preocupação do novo administrador era organizar uma nova comissão municipal, que substituisse a que fora nomeada em janeiro daquele ano e que se pretendia

---

<sup>36</sup> SILVA, Armando Malheiro da – *A 1ª República, as eleições de 1918 e "ocorrências" em Vila Verde*, p. 105.

<sup>37</sup> *A grande comédia*. «Cinco de Outubro». 1 Maio 1918, p. 1.

<sup>38</sup> *Do Distrito*. «A Democracia». 5 Maio 1918, p. 3.

<sup>39</sup> SANTOS, Miguel Dias – *o. c.*, p. 383.

<sup>40</sup> *Política local*. «Cinco de Outubro». 1 Maio 1918, p. 1.

dissolver. Havia, pois, uma clara intenção de abater a influência monárquica no concelho. Contudo, esta missão não foi bem sucedida uma vez que Eduardo Frias não pôde contar com o apoio dos dirigentes republicanos «que não querem aceitar lugares de confiança na atual situação política»<sup>41</sup>.

Eduardo Frias acabaria por pedir a exoneração sendo substituído, nos inícios de maio, pelo tenente Nogueira Guimarães (natural de Santa Marta de Penaguião). Esta nomeação foi bem recebida pelos republicanos da Régua, por se tratar de um «republicano sincero» embora sem filiação partidária. Muitos deles compareceram à tomada de posse, entre os quais se destacavam Antão de Carvalho, António Faneço Fragateiro e José Maria de Mesquita. O novo administrador do concelho agradeceu a sua presença, fazendo um apelo a todos os republicanos, sem distinção de credos políticos, a colaborarem no sentido de que a sua ação fosse proveitosa «para o regímen que todos os bons patriotas devem defender»<sup>42</sup>.

Estas declarações fizeram reacender o confronto político. A comissão administrativa, liderada, conforme já referido, por José Costa Pinto procurou, por todas as formas, que o tenente Nogueira Guimarães fosse demitido. Tal desiderato apenas viria a ser conseguido em inícios de junho, após a tomada de posse de António Álvares Guedes Vaz como governador civil de Vila Real. Mais uma vez a rede monárquica concelhia saía reforçada, pois o cargo de administrador do concelho voltava a ser entregue a José Meireles da Costa Pinto.

Da parte dos republicanos, a estratégia passava por, a cada substituição no Governo Civil de Vila Real, pressionar, através da imprensa, pela mudança nos corpos administrativos. Por exemplo, em finais de agosto de 1918 foi nomeado, para o cargo de governador civil de Vila Real, Carlos Correia Figueiredo Pimentel e logo surgiram notícias no

---

<sup>41</sup> Idem.

<sup>42</sup> *Administração do concelho*. «Cinco de Outubro». 8 Maio 1918, p. 1-2.

jornal *Cinco de Outubro* de que seria nomeado um novo administrador de concelho e uma nova comissão administrativa. Contudo, a realidade seria outra. Carlos Pimentel fora líder dos progressistas de Santa Marta de Penaguião (sua terra natal). Em 1904, surgia como administrador do concelho da Régua. E em abril de 1911 manifestava a sua adesão à República. Tratava-se de um «adesivo» e a sua nomeação para o Governo Civil significava o fortalecimento da autoridade monárquica no distrito. Em consequência, o setor monárquico continuou a dominar a Câmara e a administração do concelho da Régua, mantendo essa posição durante a Monarquia do Norte.

#### **A MONARQUIA DO NORTE: FORÇAS E REDES DE SOCIABILIDADES POLÍTICAS**

José Costa Pinto assumia-se, progressivamente, como um «destacado dirigente do monarquismo local» vindo a colaborar com a Junta Militar do Norte. Este facto, e a localização estratégica de Peso da Régua, contribuíram para conferir ao concelho «um papel importante no decorrer da restauração, estabelecendo a ligação entre o Porto e os distritos de Vila Real e Viseu»<sup>43</sup>.

O Comando Militar de Vila Real procurou substituir as autoridades administrativas da Régua, mas sem sucesso. Para substituir José da Costa Pinto na administração do concelho foi nomeado o tenente Artur Bastos dos Reis mas quando este ali chegou Costa Pinto tinha-se ausentado para o Porto. Seria, assim, mais uma tentativa infrutífera de tirar Costa Pinto do cargo que ocupava.

Entretanto, o clima de perseguição e intimidação agravou-se. Alberto Margaride, que assumira o comando militar e civil da Régua, ameaçava, por edital, reprimir os «movimentos democráticos que pudessem manifestar-se» e colaborava com «as violências que o admi-

<sup>43</sup> SANTOS, Miguel Dias – *o. c.*, p. 384.



nistrador do concelho vinha, desde há dias, exercendo sobre os cidadãos republicanos»<sup>44</sup>. Além disso, havia a assinalar a presença de grupos civis do Porto que «em nome do comandante militar da coluna procederam a buscas exaustivas e perseguiram os republicanos conhecidos da região»<sup>45</sup>.

Segundo o relato do periódico *Cinco de Outubro*, as violências praticadas teriam provocado a fuga de alguns republicanos «indo esconder-se longe destes sítios»<sup>46</sup>. A casa de Jerónimo Matias (membro da elite política próxima de Antão de Carvalho, fora vice-presidente da Câmara Municipal da Régua) foi assaltada. A família de Antão de Carvalho também sofreu perseguições. O seu cunhado Acácio Carvalhais, escrivão do Tribunal do Comércio do Porto, era procurado pelas forças monárquicas, tendo-se refugiado na Quinta da Boavista, propriedade de António Fernandes de Carvalho, igualmente cunhado de Antão. A Quinta foi cercada, mas não o encontraram. Prenderam, então, António Fernandes de Carvalho, que foi trazido para a Régua, onde esteve alguns dias «pelo delito de não denunciar o paradeiro do seu cunhado»<sup>47</sup>.

A proclamação da Monarquia, rapidamente reconhecida na Régua<sup>48</sup>, acarretou novas ameaças aos republicanos locais. O edifício dos paços do concelho foi invadido e os símbolos republicanos aí existentes destruídos. O Real Batalhão Académico Portuense, que acompanhava as tropas comandadas por Sá Guimarães, prendeu o republicano Emílio Guichard, levando-o para a administração do concelho. Ocorreram também desacatos entre monárquicos e republica-

<sup>44</sup> CARVALHO, Augusto César Ribeiro de – *A rebelião monárquica em Trás-os-Montes*. Chaves: Tipografia Mesquita, 1919, p. 35.

<sup>45</sup> SANTOS, Miguel Dias – *o. c.*, p. 415.

<sup>46</sup> *Os acontecimentos políticos na Régua*. «Cinco de Outubro». 1 Março 1919, p. 2.

<sup>47</sup> *Idem*.

<sup>48</sup> Cf. ALLEGRO, José Luciano Sollari – *Para a história da monarquia do Norte*. Amadora: Bertrand (distrib.), 1988, p. 156.

nos na povoação de Vinhós (freguesia de Sedielos). Formou-se, ainda, um grupo de cidadãos sob a direção de Joaquim Monteiro, «que há anos servira sob as ordens de Couceiro na incursão de Chaves»<sup>49</sup> e foram afixados editais ordenando todas as praças licenciadas residentes na Régua a apresentarem-se no prazo de 24 horas para se incorporarem nesse grupo que, «armado de espingardas do exército, praticou atos inqualificáveis, principalmente em povoações próximas»<sup>50</sup>.

Paulatinamente, avizinhava-se uma guerra civil. Já perto do final da Monarquia do Norte, a Régua foi palco de violentos confrontos quando as tropas monárquicas retiraram de Lamego, afugentadas pelo general Abel Hipólito, indo posicionar-se na Régua. Os combates duraram três dias, terminando a 13 de fevereiro de 1919, com a retirada das tropas monárquicas, «deixando armas e munições e depois de incendiar uma dependência do asilo José Vasques Osório que servira de quartel». Estava aberto o caminho à ação republicana.

Com o fim do Sidonismo e a queda da Monarquia do Norte, iniciava-se o processo de regularização institucional, com a recondução de pessoal político da «República Velha».

A entrada das primeiras tropas republicanas na Régua, na manhã do dia 14 de fevereiro propiciou a restauração da República, em cerimónia ocorrida nos paços do concelho, na presença da força militar. Foi içada a bandeira republicana e proferiram-se alguns discursos da varanda do edifício, saudando o exército republicano. Manuel Pinto de Magalhães (membro da comissão política municipal eleita em fevereiro de 1918 e vice-presidente da Comissão executiva da Câmara Municipal da Régua antes do Sidonismo) foi investido no cargo de administrador do concelho.

De seguida, os diversos partidos políticos do concelho reuniram-se e deliberaram nomear uma «comissão política de conjugação republi-

---

<sup>49</sup> *Os acontecimentos políticos na Régua* «Cinco de Outubro». 1 Março 1919, p. 2.

<sup>50</sup> *Idem*.

cana» com o objetivo de dirigir «superiormente a política local». Era liderada por Antão de Carvalho e integrada também por Jerónimo de Matos Ribeiro dos Santos (como vice-presidente) Jerónimo da Cruz Matias, António Fernandes de Carvalho, Manuel da Nóvoa, José Maria de Mesquita e Gaspar Henriques da Silva Monteiro (como vogais).

A esta «comissão política de conjunção republicana» coube o encargo de conseguir a ratificação do general Abel Hipólito quanto à readmissão dos anteriores titulares dos cargos administrativos. A lista apresentada à sanção indicava, para administrador do concelho, o evolucionista António da Silva Correia e para a câmara municipal, como efetivos, Antão de Carvalho (presidente), Manuel Pinto de Magalhães (vice-presidente), Gaspar Henriques da Silva Monteiro, Alberto Vieira Borges, Miguel Machado, Manuel Henrique Duarte, João Maria de Melo (vogais)<sup>51</sup>. Não se tratava, pois, da vereação eleita em 1917, mas de uma comissão formada por antigos e novos republicanos, todos com experiência no exercício das funções a que eram chamados, alguns dos quais filiados em outros partidos republicanos, como era o caso de José Maria de Mesquita (evolucionista).

Finalmente, em 22 de fevereiro de 1919, os republicanos recuperavam o controlo da administração municipal e a CVRD dissolvida pelo Sidonismo era reintegrada.

## **CONCLUSÕES**

No período que mediou entre a Revolta de 5 de dezembro de 1917 e o fim da Monarquia do Norte, o concelho de Peso da Régua assistiu ao confronto político entre republicanos e monárquicos.

O advento «da República Nova» evidenciou a existência de uma rede política monárquica, com fortes ligações às cúpulas da «Causa»,

<sup>51</sup> Como substitutos, José Maria de Mesquita, António da Nóvoa, Arnaldo Pereira Rodo, José Rodrigues Tabau, Napoleão de Pinho Valente, António Lopes de Castro, João Cascarejo.

que acabaria por conferir ao concelho de Peso da Régua um papel estratégico, em termos políticos e militares, no decurso da Monarquia do Norte.

Tal situação foi promovida pela necessidade do novo regime «manter intacta uma coligação de apoiantes que ia desde republicanos históricos (...) até aos monárquicos»<sup>52</sup>, colocando-os em lugares-chave na administração periférica do Estado (Governados Civis, Administrações do concelho, Câmaras Municipais, etc.).

Paralelamente, tornou-se patente a presença e manutenção de uma rede de influências republicana, ativa e bem organizada ao longo do período em análise, em defesa da República e procurando opor-se à influência dos monárquicos do concelho. O seu posicionamento e estratégias ensaiadas face à nova conjuntura política revelar-se-iam fundamentais para conseguir o regresso ao poder municipal e regional, em 22 de fevereiro de 1919, concretizado pela «comissão municipal de conjugação republicana da Régua». Tratava-se de uma experiência de coligação entre democráticos, evolucionistas e independentes, até então nunca experimentada, que acabaria por caracterizar a vida política concelhia até ao final da Primeira República.

## **FONTES**

Actas da Câmara Municipal de Peso da Régua (1917-1919)

Comissão de Viticultura da Região Duriense: Correspondência expedida/ recebida, 1917-1919

«Cinco de Outubro» (Peso da Régua) 1917-1919

«O Povo no Norte» (Vila Real) 1918

---

<sup>52</sup> MENESES, Filipe Ribeiro de – *o. c.*, p. 240-241.

## BIBLIOGRAFIA

- ALLEGRO, José Luciano Sollari – *Para a história da monarquia do Norte*. Amadora: Bertrand (distrib.), 1988
- CARVALHO, Augusto César Ribeiro de – *A rebelião monárquica em Trás-os-Montes*. Chaves: Tipografia Mesquita, 1919
- MENESES, Filipe Ribeiro de – *Sidónio Pais e o Sidonismo*. In AMARAL, Luciano (org.) – *Outubro: a revolução republicana em Portugal (1910-1926)*. Lisboa: Edições 70, 2011
- SAMARA, Alice – *Dezembrismo*. In ROLLO, Maria Fernanda (coord.) – *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*. Lisboa: Assembleia da República, 2013. Vol. 1, p. 1016-1020
- SANTOS, Miguel Dias – *A contra-revolução na I República, 1910-1919*, Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010
- SEQUEIRA, Carla – *A questão duriense e o movimento dos paladinos, 1907-1932. Da Comissão de Viticultura Duriense à Casa do Douro*. Porto: GEHVID/ CIRDD, 2000
- SILVA, Armando Malheiro da – *Sidónio e Sidonismo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- SILVA, Armando Malheiro da – *A 1ª República, as eleições de 1918 e “ocorrências” em Vila Verde*. Boletim Cultural de Vila Verde. Nº 6 (2010) p. 87-106